

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

O Grupo Parlamentar do PCP recebeu o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mondim de Basto.

A audiência foi suscitada a propósito da intenção de encerramento do Posto CTT de Mondim de Basto, que aliás foi já confirmada.

Esta situação é indissociável da privatização dos CTT, que PSD/CDS fizeram no governo anterior e que PS não quis reverter no governo atual, permitindo assim a degradação deliberada da qualidade de serviço levada a cabo pela administração dos CTT, o encerramento de dezenas de estações de correio e a intenção de encerrar muitas mais, com o despedimento encapotado de pelo menos 800 trabalhadores e a não renovação de contrato a centenas de trabalhadores.

As consequências desta decisão afetam sobretudo a população o não se deixará de refletir também na economia local, que ficam desprovidas deste importante serviço para o desenvolvimento da sua atividade.

Independentemente das razões que estiveram na base da solução avançada pelo Conselho de Administração dos CTT, os órgãos autárquicos e população manifestaram-se contra esta imposição exigindo a manutenção da Estação dos CTT no concelho.

Consideram indispensável a afetação de meios técnicos e humanos que assegure a prestação do serviço postal, público, eficaz e de qualidade tal como determina o nº 1 da Base V para a concessão do serviço postal universal — *A concessionária obriga -se a afetar à concessão o conjunto de meios humanos e materiais necessários à prestação do serviço postal universal e dos demais serviços e atividades integrados no objeto da concessão (...).*

Assim, ao abrigo da alínea d) do artigo 156º da Constituição e nos termos e para os efeitos do artigo 229º do Regimento da Assembleia da República, pergunto ao Ministro do Planeamento e das Infraestruturas o seguinte:

1. Que medidas tomou o Governo junto do Conselho de Administração dos CTT para se inteirar da situação?
2. Como avalia a situação e as consequências junto da população?
3. A concretizar-se o encerramento da loja considera que a prestação do serviço postal universal continua a estar assegurada?
4. Não colidirá com a obrigação da concessionária de garantia de prestação dos serviços em todo o território nacional?
5. Que reflexão merece o encerramento de postos dos CTT nas localidades do interior do país em consonância com o Programa de Valorização do Interior, recentemente apresentado pelo Governo?

Palácio de São Bento, 30 de julho de 2018

Deputado(a)s

JORGE MACHADO(PCP)

BRUNO DIAS(PCP)